

REVISTA QUAESTIO IURIS

Editorial para o vol. 10-2 (2017)

A Revista Quaestio Iuris, indexada na Web of Science, agora de periodicidade trimestral, nesse volume 10, número 02, 2017, tem o prazer de informar a todos os seus leitores que um de nossos artigos: *Breves apuntes sobre los fundamentos del derecho europeo y el derecho romano*, de Luis Mariano Robles Velasco foi incluído no Repositório Institucional da Universidad de Granada, Espanha. Ver em: <http://digibug.ugr.es/handle/10481/44854>.

A Revista tem ainda a alegria de publicar o artigo *“En torno al artículo 14 de la CEDH: concepto, jurisprudencia y nuevos desafíos de (y ante) el Consejo de Europa”* da Profa. Juana María Gil Ruiz, Catedrática de Filosofía del Derecho da Universidad de Granada e Editora da prestigiosa revista jurídica *Anales de la Cátedra Francisco Suárez*. No artigo *En torno al artículo 14 de la CEDH: concepto, jurisprudencia y nuevos desafíos de (y ante) el Consejo de Europa* se analisa o fato de que o Conselho Europeu é consciente de que *“la realización de iure y de facto de la igualdad entre mujeres y hombres es un elemento clave de la prevención de la violencia contra la mujer”*.

Este reconhecimento obriga a revisar o direito antidiscriminatório clássico, baseado na justaposição dos fatores de discriminação – sexo, raça, cor, língua, religião, opiniões políticas e outras, origem nacional ou social – e partir da natureza estrutural da subordinação das mulheres como cidadãs sob um enfoque prioritário de *gender mainstreaming*. No trabalho se analisou a evolução de determinados documentos europeus (o CEDH e a Carta Social Européia) assim como o recentemente firmado Convênio de Istambul, dentro do novo marco de direito anti-subdiscriminação assumido pela Europa, sem esquecer as Convenções e Conferências internacionais mais relevantes para o seu desenvolvimento.

Da mesma maneira que nos números anteriores, no presente volume 10, número 02, 2017, publicamos 22 (vinte e dois) artigos inéditos, sendo 05 (cinco) artigos estrangeiros: *O pioneirismo do caso BES e da resolução bancária* de Fábio da Silva Veiga e João Vieira dos Santos, respectivamente, Professor Convidado de Direito Comercial da Universidad Europea de Madrid. Doutorando em Direito Comercial – Universidade de Vigo e Universidade de Alcalá (Madrid) e, o outro, Doutorando em Direito Comercial – Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP). Mestre em Direito e Gestão – Universidade Católica Portuguesa (Porto, Portugal); *Bernard Mandeville y las paradojas de un fabulador satírico*, do Prof. Manuel Salguero Salguero, Catedrático de Filosofía del Derecho de la Universidad de Granada, Espanha; *La crisis de los partidos políticos em la desaparición del Estado democrático*, do Prof. Daniel Arturo Montero Zendejas, Doutor em Direito pela Universidad Nacional Autónoma de México, Profesor Investigador de Tiempo Completo, Definitivo Titular "C"

da Universidad Autonoma del Estado de Morelos, México; o já citado, *En torno al artículo 14 de la CEDH: concepto, jurisprudencia y nuevos desafíos de (y ante) el Consejo de Europa* da Profa. Juana María Gil Ruiz, Catedrática de Filosofía del Derecho da Universidad de Granada, Espanha e Editora da prestigiosa revista jurídica *Anales de la Cátedra Francisco Suárez e Triângulo histórico jurídico mágico: fideicomisso e equity e trust*, do Prof. Guillermo Suárez Blázquez, Catedrático Acreditado de Derecho Romano da Universidad de Vigo, Espanha.

Publicamos também em nossa Seção Monografias um alentado estudo denominado *Cidadania racial*, do Prof. Adilson José Moreira, Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de Harvard e doutor pela Faculdade de Direito da UFMG. O mencionado trabalho tem como objetivo apresentar uma formulação do conceito de cidadania racial, um parâmetro de controle de constitucionalidade utilizado por nossos tribunais em várias decisões sobre ações afirmativas. Sua aplicação como um postulado interpretativo da igualdade transcende a discussão sobre a constitucionalidade de cotas raciais, pois expressa mudanças na formulação do conceito de cidadania no mundo atual. Mais do que um mero status jurídico e político direcionado apenas à proteção de indivíduos, ela é agora um instrumento de demandas de diversas classes de vários segmentos que sofrem processos discriminatórios em diferentes dimensões. Seus líderes afirmam que a cidadania pode ser um mecanismo de inclusão social se interpretada como um instituto também destinado à proteção de grupos sociais. Esta monografia examina essas mudanças jurisprudenciais a partir de desenvolvimentos teóricos nos campos da do direito constitucional, da ciência política, da filosofia política, da sociologia e da psicologia para demonstrar a relevância da afirmação da cidadania racial para a construção de uma sociedade democrática no Brasil.

Em nossa Seção Ensaio publicamos 08 (oito) ensaios, sendo de se destacar 03 (três) ensaios de temas candentes de direito público: *O Supremo Tribunal Federal e o estado de sítio na República Velha: A Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o Estado de Sítio, do início da República até a Revolução de 30 (1893-1930)*; *Arbitragem na administração pública brasileira e indisponibilidade do interesse público* e *O silêncio dos juristas: a imunidade tributária sobre templo de qualquer culto e as religiões de matriz africana à luz da Constituição de 1988*.

Nesse número da Revista ampliamos também nosso corpo de nossos pareceristas/avaliadores, com a inclusão de muitos Professores, de inúmeros Estados do país e também de muitos professores estrangeiros, chegando agora a um total de mais de 600 (seiscentos) pareceristas avaliadores.

Publicamos ainda, para consulta imediata dos leitores, os links dos diversos indexadores nacionais e internacionais de Revistas e periódicos onde nossa Revista Quaestio Iuris está indexada. Agradecemos, como sempre, a todos os leitores, autores, avaliadores e colaboradores pela colaboração e confiança e pelo sempre excelente trabalho realizado. Lembramos sempre que as submissões para a Revista Quaestio Iuris são

permanentes e devem ser realizadas pelo sistema, diretamente na página da Revista.

Boa leitura a todos!

Mauricio Mota

Editor da Revista Quaestio Iuris